

PRECARIEDADE: Uma genealogia sócio-histórica do conceito.

Francisco Raphael Cruz Maurício¹

Resumo

Neste artigo, elenco reflexões provenientes de diversos habitats epistemológicos sobre a precariedade através de uma modesta arqueologia do termo para compreender as condições sócio-históricas que possibilitaram um saber sobre a precariedade, isso quer dizer, quando esta passa a ser percebida como objeto da ciência. É somente quando o termo precariedade passa a explicar a dinâmica laboral dos trabalhadores masculinos, brancos e da indústria dos EUA e da Europa, os estáveis, que seu uso passa a ser operado sistematicamente nos estudos do trabalho e posteriormente ganha diversificação teórica para se expandir como fator explicativo da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Trabalho; Precariedade; Teoria.

Abstract

In this article, cast reflections from different epistemological habitats on the precariousness through a modest archeology of the term to understand the socio-historical conditions that enabled one know about the precariousness, it means, when it is perceived as an object of science. It is only when the term precariousness goes on to explain the labor dynamics of male workers, white and manufacturers from the USA and Europe, stables, that its use is now systematically operated in labor studies and later gained theoretical diversification to expand as explanatory factor of contemporary society.

Keywords: Work; Precariousness; Theory.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. raphaelcruzcs@gmail.com

Introdução

Embora o termo *precariedade* seja usado comumente para descrever um tipo de condição derivada de processos de trabalho, sua origem se localiza no campo da sociologia da família e da pobreza na França no final dos anos 1970 (SÁ, 2013; GEORGES, 2009; LEITE, 2009). Nos anos 1980, o termo desloca-se para o campo dos estudos do trabalho, onde se torna uma chave analítica na compreensão das formas e conteúdos que permeiam a atividade laboral na contemporaneidade.

Na década de 1990, a assertiva de Bourdieu (1998) de que “a precariedade está hoje em toda parte”, reflete a disseminação de uma categoria que borrou fronteiras epistemológicas. Produz-se uma polissemia em torno da precariedade, entendida não apenas nos termos de *família e trabalho*, mas como *vida e existência* precária (BAUMAN, 2007; BUTLER, 2011). Ou ainda, no aspecto mais abrangente de precariedade social (HIRATA, 2011).

Neste artigo, elenco reflexões provenientes de diversos habitats epistemológicos sobre a precariedade através de uma modesta arqueologia (FOUCAULT, 2009) do termo. O objetivo é refletir sobre as condições sócio-históricas que possibilitaram um saber sobre a precariedade, isso quer dizer, quando esta passa a ser percebida como objeto da ciência. Concedo atenção especial ao debate advindo dos estudos sobre trabalho na sociologia e filosofia contemporâneas.

Podemos falar atualmente de uma *literatura* sobre a precariedade, confeccionada por diversos autores, e que comporta variados sentidos, o que imprime uma transversalidade ao termo. A etimologia de precariedade, um substantivo feminino em língua portuguesa, remete ao latim *precor/precarius* – *pray* em inglês – algo que, para ser obtido é necessário que se reze. Na França, país que dará origem ao debate acadêmico sobre o termo, a noção de *precarité* fora usada a partir do século XIV na teologia, em refe-

rência a diversos aspectos da existência humana (GEORGES, 2009, p. 156).

Da família ao trabalho: o primeiro alargamento do campo da precariedade

No âmbito das ciências, os autores concordam que os anos 1970 são o marco inicial de discussão acadêmica em torno da precariedade. Esta manifesta-se nos estudos das famílias dos meios populares e da “nova pobreza”, através do binômio pobreza-precariedade, relacionando-se à condição social, a situação da família e do domicílio (SÁ, 2013; GEORGES, 2009; LEITE, 2009). Neste campo, a precariedade está relacionada a elementos como vulnerabilidade na saúde, escassez de recursos econômicos, deterioração de laços familiares e solidariedade precária (GEORGES, 2009, p. 156).

Georges (2009, p. 156) identifica que nos anos 1980, o debate desloca-se para o campo dos estudos sobre trabalho na França abrangendo as situações de emprego precário sob a alcunha das *formes particulières d’emploi*. O campo científico passa a refletir sobre mudanças sociais que surgem também no campo jurídico, isso quer dizer, o reconhecimento de *outras* formas de emprego reconhecidas pela lei. Essas *outras* formas dizem respeito às atividades laborais não vinculadas a contratos de emprego em tempo integral e ilimitado, que até então era a norma jurídica.

Para Sá (2013, p. 02), no final dos anos 1980, em artigos acadêmicos, a precariedade já aparece expressamente ligada ao trabalho, associada a contratos chamados *empregos sem estatuto* (emprego incerto com menos garantias sociais). Presencia-se então o *primeiro alargamento* do campo de reflexão científica sobre a precariedade, esta transpassa as fronteiras dos estudos das famílias pobres para os empregos sem estatuto.

Do trabalho à sociedade: O segundo alargamento do campo da precariedade.

Georges (2009, p. 156) afirma que desde o início dos anos 1990, a noção de precariedade passa a ser usada em referência a um *processo de precarização da sociedade*, imprimindo às categorias de vulnerabilidade e fragilidade um sentido aproximado ao de precariedade. Segundo Sá (2013, p.02), é no bojo dessas discussões que emerge um conjunto de autores que se detêm no *fenômeno da precariedade laboral*. Por exemplo, Robert Castel (2011) que passa a falar da desestabilização geral da sociedade advinda da corrosão do Welfare State e do padrão salarial fordista, processos referentes as mudanças socioeconômicas do trabalho e dos direitos sociais a partir da crise do petróleo dos anos 1970.

Para Sá (2013, p.02), Castel observa uma precariedade mais ampla relacionada ao *esboroamento da condição salarial*, quando ocorre a *desestabilização dos estáveis*, isso quer dizer, o trabalhador com estatuto estável de emprego passa a experimentar uma nova dinâmica laboral após as transformações advindas da reestruturação produtiva. Estas mudanças dizem respeito ao recuo de direitos trabalhistas e garantias sociais do núcleo duro do mercado de trabalho assalariado constituído por homens brancos, adultos, especializados em uma função. Com a *desestabilização dos estáveis*, o operário padrão do fordismo passa a experimentar nas esferas econômica e jurídica as *formes particulières d'emploi* anteriormente vivenciadas por imigrantes, mulheres, jovens e trabalhadores não qualificados.

Pode-se compreender esses novos arranjos jurídicos como uma demanda para abarcar uma morfologia do trabalho que se desenvolvia em decorrência do a) esgotamento do padrão fordista de emprego e b) com o esmorecimento da cobertura social do Welfare State, que, enquanto instituição, não conseguiu se firmar na conjuntura aberta após a crise do petróleo dos anos 1970 e da reestruturação produtiva que a seguiu. Esses rearranjos jurídicos-políticos são,

poder-se-ia dizer, nos termos de Marx (p.49-54, 2000), transformações na superestrutura condicionadas por mudanças na infraestrutura econômica, ou, nos termos de Mészáros (p. 94, 2011) em determinações em conjunção, que indicavam mudanças pela qual estava passando o sistema do capital em toda a sua complexidade (Estado, trabalho e capital).

É nessa constelação de mudanças que se produziu um saber científico para explicar as novas dimensões da questão social experienciada pelas populações das economias centrais do capitalismo. O estabelecimento e o reconhecimento de um saber sobre a precariedade não surgiram durante o New Deal norte-americano (1933-1936) ou nos “anos de ouro” do capitalismo europeu, no auge do Welfare State (1945-1971), mas no processo de seu esmorecimento enquanto instituição social capaz de regular as relações entre capital, trabalho e Estado nas economias centrais.

A condição sócio-histórica da possibilidade de um saber sobre condições precárias de trabalho e de vida está ligada intimamente, assim, a um novo contexto de esgotamento do binômio fordismo-keynesianismo na Europa pós-choque do petróleo. Meu argumento é que, sejam as condições históricas (arqueologia) sejam as condições políticas (genealogia) da emergência de um saber sobre a precariedade, elas se relacionam com a diluição de uma conjuntura específica vivida pelas sociedades do capitalismo central.

É somente quando o pacto entre Estado, capital e trabalho é reconfigurado no processo de financeirização da economia e privatização dos serviços públicos, isso quer dizer, na ascensão do neoliberalismo, que se constitui um saber sobre a precariedade. É nesse contexto que Castel falará de uma nova questão social, não mais aquela derivada da “sociedade salarial”, mas ligada ao

declínio do trabalho como porta de entrada para os direitos sociais.

Da sociedade à vida: o terceiro alargamento do campo da precariedade

Neste tópico, abordarei a precariedade em *lato sensu*, isto é, as leituras que observam a precariedade para além do local de trabalho, o que nomeio de um *terceiro alargamento* do campo de reflexão sobre a precariedade.

Bourdieu (1998, p. 72-76) articulou, o termo precariedade a partir da análise das mutações do trabalho relacionadas à flexibilidade do emprego. A discussão tecida pelo sociólogo francês está imbricada a sua reflexão sobre questões molares como o neoliberalismo e a mundialização do capital que redefiniram o desenho social da Europa a partir dos anos 1970. Mas também está ligado a questões moleculares como a disseminação da sensação de insegurança relacionada à abrangência do desemprego, dos trabalhos temporários e na construção de um projeto política transformador pelos sujeitos inserido nessas condições.

Constata-se claramente que a precariedade está hoje por toda a parte. No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicaram as posições temporárias e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação etc, onde ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racio-

nal e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável (BOURDIEU, 1998, p. 72).

Bourdieu observa que a precariedade está relacionada não apenas ao âmbito molar do processo de precarização do trabalho, mas também adentra o território das experiências pessoais e de classe dos sujeitos inseridos em trabalhos precários, afetando as estruturas da sua existência. Acima de tudo, a percepção do autor é que *a precariedade está hoje por toda a parte*, é uma condição que se dissemina a partir do estatuto do trabalho na contemporaneidade. A precariedade está presente na ordem econômica da sociedade e na ordem simbólica dos agentes históricos.

Na esteira do pensador francês, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, a partir de suas reflexões sobre a modernidade, observa o alargamento da precariedade para além do local de trabalho, sua acepção possui um sentido global de vida precária quando afirma que “em suma: a vida líquida é uma vida precária, vivida em condições e incerteza constante.” (BAUMAN, 2007, p. 08).

Nessas leituras, a precariedade está para além dos locais de trabalho, expandindo-se para o tecido social como uma mancha e também colonizando o mundo simbólico dos agentes e das coletividades.

Como Pierre Bourdieu não se cansou de observar, o estado de permanente précarité — insegurança quanto à posição social, incerteza sobre o futuro da sobrevivência e a opressiva sensação de “não segurar o presente” — gera uma incapacidade de fazer planos e segui-los (BAUMAN, 2003, p. 42. Destaques meus).

A partir do artigo de Bourdieu, Bauman observa que precariedade, ins-

tabilidade e vulnerabilidade são as características mais difundidas das condições de vida contemporânea, espécie de gramática que permeia a sociabilidade na modernidade líquida. Ele ainda agrega à acepção francesa de *precarité* o que Ulrich Beck narra como *Risikogesellschaft* (sociedade do risco), o que os ingleses classificam como *insecurity* e os italianos chamam de *incertezza* (BAUMAN, 2001, p. 184).

Incerteza, insegurança e instabilidade traduzem a sensação de um “permanente estado de *precarité*”. Isso cria condições sociais de concedermos a precariedade o estatuto sociológico de *fato social total*? Que como nos disse Bourdieu “está hoje em toda a parte”. Se não um fato social total, isso quer dizer, um elemento a partir do qual podemos analisar as mais variadas questões da vida moderna, ao menos uma *tendência* que não está desaparecendo, mas predominando nas relações sociais e com bastante relevo estrutural e fenomenológico no mundo do trabalho.

No plano da teoria, os esforços de captar esse *zeitgeist* (espírito do tempo) têm sido múltiplos, partindo de diferentes habitats epistemológicos que miram distintos aspectos do mundo social. De questão social a problema sociológico, a precariedade tem instigado reflexões em autores contemporâneos. Existem abordagens que definem a questão em termos *existenciais*, como em Judith Butler, *econômicos*, como em Guy Standing¹, ou *intersubjetivos*, como em Neilson e Rossiter² (BANKI, 2013, p. 02).

¹ Banki se refere à STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Contudo, não podemos resumir os esforços de Standing em tratar a precariedade em termos estritamente econômicos, pois o binômio segurança/insegurança está presente na narrativa de Standing sobre a precariedade e o precariado, o que proporciona a sua discussão uma dimensão social, política e existencial.

² Os autores são filiados ao pós-operaismo de Antonio Negri e Michael Hardt e suas discussões em torno do trabalho imaterial e *general intellect*.

(...) A noção de precariedade tem tração teórica em outros lugares, (...) a literatura e outras obras têm expandido a compreensão do termo para incluir a falta de segurança em outras áreas, a forma como gerimos o dia-a-dia, tais como o acesso à documentação legal (Goldring e Landolt, 2011), as normas de gênero (Abrahamson, 2004; Brah, 2002; Fantone, 2007) e “outros aspectos da vida intersubjetiva, incluindo a habitação, o endividamento e a capacidade de construir relações sociais afetivas” (Neilson e Rossiter, 2005) (BANKI, 2013, p. 03).

Na acepção ampla do termo precariedade, o que lhe imprime ritmo teórico é a *insegurança*. De fato, a insegurança e vulnerabilidade são imanentes à própria condição humana marcada pelo horizonte da finitude orgânica do corpo. Contudo, ela se potencializa nos marcos da sociedade moderna, porque além do elemento biológico intransponível operam dinâmicas sociais que disseminam a insegurança ao fragilizar dispositivos de proteção social (emprego, moradia, saúde) como condição de realização da acumulação de capital.

A noção de precariedade descreve a condição de ser vulnerável à exploração devido à falta de segurança. Precariedade sugere o potencial de exploração e abuso, mas não a sua presença certa. Assim, o trabalho precário não é de fato o desemprego, mas sua ameaça iminente, e, talvez, de fato frequente. (...) Da mesma forma, precariedade

Ver NEILSON, Brett; ROSSITER, Ned. Precarity as a political concept, or, fordismo as exception. *Theory, Culture & Society* 2008 (SAGE, Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore), Vol. 25 (7-8): 51-72. Nesse artigo, os autores partem de uma crítica a noção de fordismo para discutir a relação entre novas formas de conexão, subjetivação e organização política.

social não descreve uma ausência de redes de apoio, mas o potencial para o seu desmantelamento (BANKI, 2013, p. 02. Destaque meu).

Essa deterioração da proteção social na contemporaneidade, condicionada de forma molar pelas macropolíticas de cariz neoliberal, indica limites e tensões de conciliação entre uma vida digna e os imperativos da acumulação capitalista. Imperativos estes que burlam códigos e atravessam regulações numa dinâmica autocentrada, onde se acumula capital para que se possa acumular mais capital (WALLERSTEIN, 2001).

Pode-se dizer que a precariedade social, regida pelo signo da insegurança, possui uma dimensão também biopolítica que opera de forma assimétrica e seletiva em relação a populações, classes sociais e comunidades.

34

Segundo Judith Butler, a precariedade traduz uma condição politicamente construída através da qual determinadas populações são assimetricamente expostas a contextos de violência, perigo, enfermidade, migração forçada, pobreza ou morte (BUTLER, 2009, p. 25). De facto, todo o ser humano encontrasse exposto à vulnerabilidade e à contingência da sua condição. Todavia, a vulnerabilidade e a contingência da condição humana apresentam graus assimétricos que variam consoante a comunidade em questão. Existem comunidades particularmente expostas à condição de precariedade, o que significa que esta pode ser compreendida como uma construção humana (MILITÃO, s/d, p. 01).

A precariedade não atinge a todos da mesma forma. Os segmentos mais subalternizados na periferia do capitalismo, em decorrência da complexa interação entre fatores de classe, raça, gênero e orientação sexual, experienciam variadas configurações de precariedade. São

formas diversas de precariedade que decorrem do fato desses segmentos se encontrarem assimetricamente privados dos recursos que possam minimizar sua vulnerabilidade.

The precarious conditions for so long confined to the global periphery, or to those occupations where women, non-citizens, or racialised others predominated, began to extend into the core zones of the world market, into the professional classes, into those spaces long considered to be secure (MITROPOULOS, 2011)³.

Como afirma Mitropoulos, as formas de precariedade que hoje experimentam os trabalhadores outrora estáveis na Europa, já eram experimentadas por frações não estáveis do mercado de trabalho, em segmentos como mulheres, jovens e imigrantes. O diferencial das recentes mutações do trabalho é que a condição de precariedade atinge hoje os segmentos estáveis da classe trabalhadora. A partir de um estudo que analisou trinta anos (1970-2000) de mudanças e reconfigurações no mercado de trabalho nos EUA, Branch e Hanley concluíram que o trabalho precário, que, segundo as autoras, é o emprego “incerto, imprevisível e arriscado do ponto de vista do trabalhador” (2011, p. 569), tem crescido desde os anos 1970 na esteira dos processos de reestruturação produtiva.

O que era uma característica do mercado de trabalho secundário, ocupado por mulheres, negros e imigrantes, é agora quase *universal*, independentemente de profissão ou setor econômico. É a emergência dos chamados *bad-jobs*, empregos ruins em termos de remuneração, estabilidade e possibilidades de carreira. O crescimento do trabalho precário disse-

³ MITROPOULOS, Angela. From precariousness to risk management and beyond. Europäische Institut Für Progressive Kulturpolitik. Jan 2011. <<http://eipcp.net/transversal/0811/mitropoulos/en>>. Acesso 22 fev 2013.

mina uma condição de precariedade entre trabalhadores outrora estáveis e limita a essa condição, como uma “jaula de ferro”, aos segmentos sociais historicamente inseridos nela.

Na União Europeia (UE) experimenta-se uma situação similar. As formas mais flexíveis de trabalho têm sido justificadas pela UE como um requisito que permite o crescimento econômico em economias globalizadas. No estudo elaborado pela própria UE, chamado *Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI*, a Comissão Europeia salienta que as atuais formas de trabalho atípicas (temporário, *freelancers*, meio expediente) existentes no mercado europeu, representam 25% da mão-de-obra (SÁ, 2013, p. 13). Teresa Sá observa que as situações de precariedade manifestadas primeiramente dentro do grupo dos “trabalhadores periféricos” se estendem posteriormente para uma parcela abrangente de trabalhadores fora desse segmento.

O que significa que uma parte da classe operária integrada e dos assalariados da classe média baixa está sob a ameaça de perder os seus postos de trabalho. O que parece estar a acontecer é, por um lado, a substituição de um conjunto de empregos – com ordenados superiores ao ordenado mínimo, benefícios sociais, segurança no emprego – por outros com ordenados mais baixos, menos benefícios e sem segurança no emprego; e por outro lado, o desemprego da população mais idosa (com mais de 50 anos) (SÁ, 2013, p. 3-4).

A mancha de precariedade borra as fronteiras do duplo mercado de trabalho, formado por um lado por uma parcela de trabalhadores *integrados* em direitos trabalhistas e cobertura social e, por outro lado, por um conjunto de trabalhadores *não integrados* à cidadania salarial e aos direitos sociais, uma espécie de *proletariado marginal*. A mancha de precarie-

dade compartilha os riscos de empregos com estatuto rebaixado para ambos os lados do mercado de trabalho.

A condição de precariedade e o processo de precarização

Alves, a partir de Marx, trava uma discussão que entende a condição de precariedade como atributo da sociabilidade burguesa. Isso está imbricado a própria condição estrutural que conforma o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria no capitalismo.

*Nas observações de Marx de 1847, encontramos elementos para considerar a **precariedade** e a **precarização** como sendo atributos ontológicos das individualidades sociais que se constituem na sociedade burguesa. A individualidade burguesa é, portanto, uma individualidade de classe (ou individualidade estranha) submetida ao acaso e ao poder das coisas. Deste modo, ao dizermos precariedade, tratamos de uma **condição** sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, **atingindo** aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. A precariedade do mundo do trabalho é uma **condição** histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social (ALVES, 2007, p. 113. Destaques meus).*

Por outro lado,

(...) o conceito de precarização diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da precariedade. Se a precariedade é uma condição, a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e

pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. (ALVES, 2007, p. 114).

Assim, para Alves (2007), precarização e precariedade estão imbricados à dinâmica de classes da sociedade capitalista, ao conflito e tensões entre capital e trabalho, mas significam momentos diferentes dessa dinâmica. A *precarização* se constitui enquanto processo social com uma irremediável dimensão histórica derivada do equilíbrio de forças entre as classes, um processo que repõe histórica e socialmente a *precariedade*, que se constitui numa condição compartilhada por trabalhadores no capitalismo.

Enquanto a *precarização* possui uma dimensão molar, ligada a fatores históricos que condicionam estruturas e processos sociais, a *precariedade* possui uma dimensão molecular, que se manifesta nos corpos e subjetividade dos trabalhadores. Essa dupla dinâmica precarização-precariedade é derivada da condição de mercadoria que a força de trabalho assume no capitalismo, com desdobramentos estruturais na organização do trabalho e simbólicos na subjetividade do trabalhador. Essa dinâmica é alterável a medida que os conflitos de classes indicam um maior ou menor controle social por parte dos trabalhadores sobre o trabalho e a vida social⁴.

Considerações finais

O argumento exposto neste artigo é que a precariedade foi, inicialmente, uma questão social que se transformou, posteriormente, numa questão científica em um determinado período histórico

⁴ Apesar de corroborar as reflexões de Alves acerca das noções acima expostas, Mota indica que o “tratamento da precarização como processo relativo ao precário não elucida suficientemente a questão, ainda que não possua nenhuma inconsistência” (2013, p. 83). A autora propõe como alternativa, compreender a precarização como um processo de desvalorização da força de trabalho, logo a precariedade, como a imersão nessa condição de desvalorização por homens e mulheres do proletariado.

(1970-1980) num determinado espaço geoeconômico (as economias centrais do capitalismo).

O campo de reflexão sobre a precariedade passou por três alargamentos durante a história recente do conceito. O primeiro alargamento (1970-1980) ocorre quando a precariedade deixa de ter uso exclusivo nos estudos sobre as famílias dos meios populares e passa a ser incorporada aos estudos do trabalho na sociologia e na economia. Esse movimento teórico é análogo ao movimento histórico iniciado com a crise do petróleo nos anos 1970 e a reestruturação produtiva, com seus impactos sobre o mundo do trabalho.

O segundo alargamento (1980-1990) ocorre quando a precariedade passa a ser um fator explicativo das dinâmicas sociais para além do mundo do trabalho e adentra a sociedade de maneira mais ampla, o que corresponde ao desenvolvimento do neoliberalismo com a perda de direitos sociais e a deterioração dos serviços públicos.

O terceiro alargamento (1990-2000) ocorre quando a precariedade passa a ser uma noção explicativa da vida contemporânea tecida pela insegurança, risco e incerteza. E é observada não apenas como existente no declínio do mercado de trabalho estável, na deterioração das condições de vida, mas como uma marca moderna que incide sobre a vida de diversos segmentos sociais, desde o trabalhador branco, o imigrante negro e a mulher subempregada.

Antes, o uso do termo precariedade era restrito a sociologia da família, como elemento explicativo dos “lares desestruturados”. Contudo, as mudanças no mundo do trabalho na Europa e nos EUA, economias centrais do capitalismo, a partir da crise do petróleo dos anos 1970, demandou uma compreensão dessas mudanças, onde a noção de precariedade passou a ter relevo explicativo. É somente quando a precariedade passa a atingir os segmentos estáveis da classe trabalhadora das economias centrais,

como o operário padrão fordista formado pelos caracteres sociais do homem branco, adulto e trabalhador especializado, que esta noção passa a ser incorporada *sistematicamente* ao campo das reflexões contemporâneas do mundo do trabalho.

A precariedade do trabalho já fora experienciada por segmentos subalternos como mulheres, jovens, negros e imigrantes seja em economias centrais ou periféricas em diversos contextos sócio-históricos, antes de *desestabilizar os estáveis*, mas é somente quando esta adentra o campo dos *estáveis* que seu uso passa a ser operado *sistematicamente* nos estudos do trabalho e ganha diversificação teórica para se expandir como fator explicativo da sociedade contemporânea (MITROPOULOS, 2011).

A hipótese levantada é que a noção de precariedade dificilmente teria ganho tanto relevo explicativo se não passasse a fazer parte da dinâmica do trabalho dos assalariados estáveis, masculinos e brancos da Europa e dos EUA. Foi somente quando estes setores passaram a ser impactados em suas dinâmicas laboral e de vida que a precariedade tornou-se um problema científico. Isso revela o quanto a ciência, mesmo a que se coloca num campo crítico, ainda é marcada por certo colonialismo.

É necessário descolonizar, mesmo os estudos críticos e que os cientistas sociais das economias periféricas passem a fazer uma ciência enraizada, que olhe para seu contexto e não somente para a Europa ou EUA. Que o cientista social das economias periféricas transformem em questão científica os problemas sociais que os circundam e não apenas aqueles que chegam de fora.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: Ensaio de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BANKI, Susan. **Precarity of Place**: a complement to the growing precariat literature. Paper presented at the Power and Justice in the Contemporary World Conference, 9 August 2013, New York, NY.

<http://prijipati.library.usyd.edu.au/bitstream/2123/9352/1/SusanBanki_PowerJusticePEWSConference%20Paper.pdf>. Acesso em 05 abr 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.

BRANSH, Enobong Hannah; HANLEY, Caroline. **Regional convergence in low-wage work**. And earnings, 1970-2008. *Sociological Perspectives*, Vol. 54, Issue 4, 2011, pp. 569-592.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GEORGES, Isabel. **As novas configurações do trabalho**: precarização e “economia soli-dária” (comparação Brasil-França). In: LEITE, Marcia de Paula (Org.). *O trabalho re-configurado: ensaios entre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.

HIRATA, Helena. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho**: Brasil, França, Japão. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. Spe. 01, p. 13-20, 2011.

LEITE, Marcia de Paula. **O trabalho e suas reconfigurações**: conceitos e realidades. In: LEITE, Marcia de Paula (Org.). *O trabalho reconfigurado: ensaios entre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.

MARX, Karl. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILITÃO, Maria João. **Trauma, precariedade e violência estrutural no Haiti**. <<http://www.segurancahumana.eu/data/res/1c/1564.pdf>>. Acesso 20 mar 2014.

MOTA, Ana E. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. In: Raquel Varela. (Org.). *A segurança social é sustentável*. 1ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013, v. 1, p. 291-310.

MITROPOULOS, Angela. **From precariousness to risk management and beyond**. Europäisches Institut Für Progressive Kulturpolitik. Jan 2011. <<http://eipcp.net/transversal/0811/mitropoulos/en>>. Acesso 22 fev 2013.

NEILSON, Brett; ROSSITER, Ned. **Pre-carity as a political concept, or, fordism as exception**. *Theory, Culture & Society* 2008, Vol. 25 (7-8): 51-72.

SÁ, Teresa. **“Precariedade” e “trabalho precário”**: consequências sociais da precarização laboral. *Configurações* (online), 7, 2010, 8 fev 2010, pp. 91-105. <<http://configuracoes.revues.org>>. Acesso em 9 abr 2013.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

WALLERSTEIN, Emmanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.